

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL**Processo nº. **1055/2018** Modalidade Pregão Presencial nº. **045/2018****1 PREÂMBULO**

1.1 O Pregoeiro do Município de Modelo/SC, designado pelo Decreto **065/2018** no uso de suas atribuições, torna público que no dia **08 de junho de 2018**, às **08h:30min**, na Prefeitura Municipal de Modelo SC, será realizada licitação na modalidade **Pregão**, do tipo **Menor preço** e do critério **Menor preço – Menor preço por lote**, com o processo nº. **1055/2018** e a modalidade Pregão Presencial nº. **045/2018** observado às disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666, de 21/06/1993, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

1.2 Para recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta fica determinado o dia **08 de junho de 2018** até às **08h:30min**, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Rua do Comercio, nº. 1304, Modelo/SC, CEP 89872-000.

1.3 O início da abertura dos envelopes ocorrerá às **08h:45min**, no mesmo endereço e no mesmo dia.

1.4 As retificações do presente Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, e serão publicadas no Órgão Oficial de Divulgação dos Atos do Município, (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM), reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.5 O Edital, o arquivo digital para elaboração da proposta bem como o sistema de instalação deste e demais anexos do Edital, podem ser adquiridos no site da Prefeitura Municipal de Modelo, no endereço www.modelo.sc.gov.br.

1.6 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do Objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da Licitação junto à Comissão de Pregão do município de Modelo, no seguinte endereço: Rua do Comercio, nº. 1304, Sala de Licitações, Centro, Modelo, SC, CEP: 89872-000, ou através do endereço eletrônico licitacao@modelo.sc.gov.br.

1.7 Caberá ao Departamento de Compras e Comissão de Pregão responder as impugnações e pedidos de esclarecimento deduzidos pelos potenciais licitantes antes da realização da Sessão através de e-mail e/ou através de publicação no Órgão Oficial de Divulgação dos Atos do Município, (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM).

2 DO OBJETO

2.1 O objeto do presente Pregão é o **PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OU PESSOAS FÍSICAS COM HABILITAÇÃO E FORMAÇÃO EM DANÇA DE BALÉ, JIU JITSU, DANÇA LIVRE, DANÇA TRADICIONALISTA, DANÇA DE SALÃO E PATINAÇÃO, PARA O MUNICÍPIO DE MODELO/SC**, conforme especificação a seguir:

Lote	Item	Descrição	Und.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL HABILITADO COM FORMAÇÃO EM DANÇA DE BALÉ, EXERCENDO UMA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 02 (DUAS) HORAS, SENDO 08 (OITO) HORAS MENSAIS, SEMPRE AS SEGUNDAS FEIRAS DAS 10H30MIN AS 11H30MIN E DAS 13H30MIN AS 14H30MIN	mês	5,0000	800,0000	4.000,00



2	1	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO COM GRADUAÇÃO EM FAIXA ROCHA E REGISTRO NO CBJJ (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JIU JITSU) PARA AULAS DE JIU JITSU, EXERCENDO UMA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 04 (QUATRO) HORAS, SENDO 16 (DEZESSEIS) HORAS MENSAIS SEMPRE AS TERÇAS FEIRAS DAS 18H30MIN AS 20H30MIN E QUINTAS FEIRAS 18H30MIN AS 20H30MIN	mês	5,0000	1.700,0000	8.500,00
3	1	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO COM FORMAÇÃO SUPERIOR EM DANÇA PARA AULAS DE DANÇA LIVRE, DANÇA TRADICIONALISTA E DANÇA DE SALÃO, EXERCENDO UMA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 10 (DEZ) HORAS, SENDO 16 (DEZESSEIS) HORAS MENSAIS SEMPRE AS SEGUNDAS-FEIRAS, DAS 09H00MIN AS 10H00MIN E 14H30MIN AS 16H30MIN, E QUINTAS-FEIRAS DAS 18H30MIN AS 20H30MIN E SEXTA FEIRA DAS 09H00MIN AS 11H00MIN E 17H30MIN AS 19H30MIN	mês	5,0000	800,0000	4.000,00
4	1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA AULAS DE PATINAÇÃO SOBRE RODAS, EXERCENDO UMA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 04 (QUATRO) HORAS, SENDO 16 (DEZESSEIS) HORAS MENSAIS, SEMPRE A SEXTAS-FEIRAS DAS 09H30MIN AS 11H30MIN E DAS 16H30MIN AS 18H30MIN	mês	5,0000	1.000,0000	5.000,00

3 DA JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO:

3.1 Justifica-se a prioridade de contratação por empresas no âmbito local ou regional a Lei Complementar Federal n°. 123/2006, a Lei Municipal n°. 2.312/2007, a Administração fazer campanhas e manter o convênio com a Associação Comercial e Industrial de Modelo objetivando fomentar as indústrias e o comércio local, a geração de empregos e conseqüentemente, aumentar a arrecadação pela Administração, onde os recursos são revertidos e aplicados no próprio Município. recaindo a prioridade de contratação sobre empresas do âmbito regional, o Município de Modelo se beneficia também, pelo fato de que a economia dos Municípios próximos estão ligeiramente ligadas, seja pela mão de obra empregada, seja pelo comércio e circulação de valores e pessoas, onde o crescimento da arrecadação é convertida em benefício não só do município onde encontra-se a empresa, mas de todos ao seu redor, proporcionando crescimento regional.

3.2 Não havendo pelo menos três empresas do âmbito local capazes de atender satisfatoriamente o objeto desta licitação a prioridade de contratação recairá sobre empresas do âmbito regional, assim definidas aquelas



estabelecidas dentro dos limites geográficos dos Municípios que integram as seguintes Instituições e/ou entidades:

- a) Associação dos Municípios Entre Rios – AMERIOS;
- b) Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária – CIDIR;
- c) Agências de Desenvolvimento Regional – ADRs de Maravilha, Palmitos, São Miguel do Oeste e Chapecó;
- d) Associações dos Municípios Regionais (AMOSC, AMEOSC).

4 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 Os recursos necessários à aquisição ora licitada correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Despesa	Valor	Descrição	Cod. Cat. Econ.	Cat. Econ.
DEPARTAMENTO DE CULTURA	1240	21.500,00	APOIAR, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA	339036990000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

5 TIPO DE LICITAÇÃO

5.1 O presente pregão presencial rege-se pelo tipo **Menor preço** e do critério **Menor preço – Menor preço por lote**.

6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 A presente licitação é destinada à exclusiva participação de Pessoas Físicas, Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedor Individual, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que preencherem as condições de credenciamento e demais constantes neste Edital, inscritas ou não no Registro Central de Fornecedores do órgão licitante, devendo também atender as exigências da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

6.2 Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos conforme estabelece artigo 49, II, da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, bem como ao regulamento consistente no artigo 1º do Decreto 8.538/2015, onde se extrai que o ITEM, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), é de exclusiva participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que comprovarem o seu enquadramento e comprovarem o Município de sua sede.

6.3 Para fins de comprovação da condição de micro empresa ou empresa de pequeno porte, as licitantes deverão apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial de sua respectiva unidade federativa.

6.3.1 Para fins de comprovação da condição de Micro Empreendedor Individual, as licitante deverão apresentar o Certificado de Condição de Micro Empreendedor Individual (CCMEI).

6.4 Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos ou impedidos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com esta, empresas sob as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas ou em consórcio, representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante, e aqueles descritos nos art. 9 da Lei Complementar nº. 8.666/93.

6.5 Independente de declaração expressa, a simples participação dos interessados nesta licitação implica na aceitação plena por parte da proponente dos termos deste edital, bem como de toda legislação federal, estadual e municipal pertinente às contratações públicas, decaindo do direito de impugnar os seus termos a empresa que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à abertura indicada no preâmbulo deste edital.



7 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

7.1 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei, protocolando o pedido até 5 (cinco) dias úteis anteriores da data fixada para abertura da Sessão Pública, no endereço da Prefeitura de Modelo, Rua do Comércio, nº. 1304, 1º andar, Sala de Licitações, Centro, CEP 89.872-000, Modelo/SC, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até três dias úteis.

7.1.1 Só serão admitidas as impugnações que forem dirigidas ao Pregoeiro ou ao Prefeito de Modelo, protocoladas no Setor de Licitações da Prefeitura de Modelo, no endereço informado no item acima, não sendo aceita qualquer outra forma de envio das mesmas.

7.2 Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a LICITANTE que não apontar as falhas ou irregularidades nele supostamente existentes até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura da Sessão Pública, ficando esclarecido que a intempestiva comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

8 DO CREDENCIAMENTO

8.1 Para o credenciamento de pessoas jurídicas, deverão ser apresentados e entregues ao Pregoeiro fora de qualquer envelope os seguintes documentos:

8.1.1 O representante legal deverá apresentar o estatuto social ou contrato social em vigor, e caso o contrato não esteja consolidado, as alterações realizadas deverão estar anexadas ao contrato ou outro instrumento de registro comercial, registrado na competente Junta Comercial, ou tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos os poderes do representante legal para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

8.1.2 O procurador deverá apresentar o instrumento de procuração público ou particular, com firma reconhecida, no qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento dentre os indicados no item 8.1.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

8.1.2.1 Não serão aceitos carta de credenciamento, ato de credenciamento, ou outro documento que não seja o estipulado no item 8.1.2.

8.1.3 A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte pelo empresário ou sociedade deverá ser efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial, conforme a Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC. Endereço Eletrônico: http://www.dnrc.gov.br/Servicos_dnrc/form-dnrc/index.htm, emitido dentro do ano vigente.

8.2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto e o número do CPF.

8.3 O proponente deverá entregar uma declaração de que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002. (MODELO ANEXO I)

8.4 Para o credenciamento de pessoas físicas, deverão ser apresentados e entregues ao Pregoeiro fora de qualquer envelope os seguintes documentos:

8.4.1 Documento oficial de identificação que contenha foto e o número do CPF e RG.

8.4.2 O proponente deverá entregar uma declaração de que cumpre plenamente com os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002. (MODELO ANEXO I)

8.5 O proponente poderá apresentar apenas um representante, e este só poderá representar um único proponente licitante. Em caso de o licitante não credenciar nenhum representante abdicará do direito de oferecer lances e recorrer dos atos do pregoeiro.

8.6 A ausência do representante em qualquer momento da sessão importará imediata exclusão do proponente por ele representado, salvo autorização expressa do Pregoeiro.



8.7 O não cumprimento com as solicitações mencionados nos itens que tratam do credenciamento do presente edital, implicará na desclassificação imediata do proponente, bem como na perda do direito de interpor eventual recurso das decisões do Pregoeiro, ficando o licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

8.8 Todos os documentos exigidos para credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, seja por Tabelião ou por Funcionário Público desta Administração, pertencente à Comissão de Licitações, Comissão do Pregão ou Cadastro de Fornecedores, cópias não autenticadas não serão aceitas. A autenticação por Funcionário Público desta Administração somente serão realizadas até às 17h:00min do último dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes.

9 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

9.1 No local data e hora fixadas no item 1.1, do presente edital, apresentarão os licitantes suas propostas em 2 (dois) envelopes, opacos, indevassáveis e lacrados, designados, respectivamente “A” e “B”, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

9.1.1 Envelope “A” – Proposta de Preços:

Envelope “A” - PROPOSTA DE PREÇOS – Prefeitura Municipal de Modelo SC Tipo: Pregão Menor preço Processo n°. 1055/2018 Modalidade Pregão Presencial n°. 045/2018 Empresa/Licitante: _____ Endereço: _____, n° _____, Bairro _____, Cidade: _____ CEP: _____-_____. Endereço eletrônico: _____ Telefone: (____) _____

9.1.2 Envelope “B” – Documentação de Habilitação:

Envelope “B” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – Prefeitura Municipal de Modelo SC Tipo: Pregão Menor preço Processo n°. 1055/2018 Modalidade Pregão Presencial n°. 045/2018 Empresa/Licitante: _____ Endereço: _____, n° _____, Bairro _____, Cidade: _____ CEP: _____-_____. Endereço eletrônico: _____ Telefone: (____) _____
--

9.2 Os documentos dos envelopes “A” - Proposta De Preço e “B” Documentação De Habilitação serão apresentados na forma estabelecida nos itens abaixo.

9.2.1 A Proposta de Preços “ENVELOPE A”, **deverá ser elaborada através do sistema de cotação eletrônica de preços**, oferecido pelo Município em arquivo digital, e deverá ser (entregue em CD) e em 01 (uma) via impressa da proposta gerada pelo sistema, assinada em todas as páginas pelo representante legal da empresa participante, **não sendo aceito outra forma de entrega da mesma.**

9.2.2 Caso ocorra algum imprevisto ou problema na abertura dos dados gravados no CD, o Município de Modelo não se responsabiliza pelo ocorrido, ficando a licitante desclassificada do certame.

9.2.3 Os preços unitários serão apresentados em algarismos e cotados em moeda nacional, com até 04 casas decimais após vírgula.



9.2.4 O CD onde conterà a proposta de preços ficará retido e fará parte do processo licitatório, se as propostas forem apresentadas em pen drive (o que não se aconselha), este ficará igualmente retido e fará parte do processo licitatório.

9.2.5 O formato do arquivo disponibilizado para a cotação eletrônica de preços deverá permanecer o mesmo disponibilizado através do site do Município de Modelo, devendo o licitante apenas preenche-lo com sua proposta e demais informações nele exigidas, em nenhuma hipótese poderá ser modificado para formatos diversos, como por exemplo para PDF, DOC, EXCEL ou outro, se isso ocorrer, o sistema não reconhecerá a proposta e o licitante será desclassificado sumariamente.

9.2.6 Para elaborar a Proposta de Preço através **do sistema de cotação eletrônica de preços**, o proponente deverá baixar o arquivo Cotação Eletrônica de Preços e Programa de Instalação, os quais estarão disponíveis no site do Município, no mesmo local onde se encontra o Edital.

9.2.7 Em hipótese alguma o fornecedor deve enviar a Proposta em Arquivo Digital através de e-mail para o Setor de Licitações, devendo o mesmo inserir o arquivo digital (gravado CD), gerado após a cotação, no ENVELOPE “A” (Proposta De Preços).

9.2.8 A comissão não se responsabilizará por quaisquer erros de comunicação que possam acontecer, devendo o proponente, caso não consiga baixar o arquivo através do site, comparecer ao Setor de Licitações, munido de mídia eletrônica (CD virgem) para efetuar a retirada do arquivo pessoalmente e impreterivelmente até às 12h:00min (meio dia) do último dia útil que anteceder a data da licitação;

9.2.9 Na Proposta de preços deverá constar no campo “marca” o nome do profissional pessoa física ou da empresa prestadora dos serviços.

9.2.10 A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigação trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

9.2.11 O valor cotado não poderá ultrapassar o valor máximo previsto na tabela constante do item 2.1, do presente edital.

9.2.12 Os documentos exigidos no envelope “B” - Documentação de Habilitação, deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, exceto os documentos emitidos através da Internet, na forma do art. 32 da Lei n.º 8666/93, rubricados pelo representante legal da empresa em todas as folhas, facultados ao Pregoeiro solicitar ao representante da empresa que o faça na sua presença.

9.2.13 No caso dos documentos emitidos por meio eletrônico, o Pregoeiro poderá confirmar o teor do documento na internet, entretanto, o Município não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações no momento da verificação, ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

9.2.14 O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

9.2.15 O envelope “B” conterà os documentos especificados no item relativo a habilitação do presente edital.

10 DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer os licitantes, com os documentos solicitados neste edital, apresentados na forma anteriormente definida.

10.2 Após a fase de credenciamento dos licitantes, na forma do disposto no item 8, do presente edital, o Pregoeiro procederá à abertura das propostas de preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, com a consequente divulgação dos preços cotados pelos licitantes.

10.3 Serão classificados pelo Pregoeiro o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço.



10.4 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 10.3 do presente edital, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até no máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10.5 Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances (individuais) verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta classificada de maior preço.

10.6 Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

10.7 O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, na forma dos itens 10.3, 10.4 e 10.5, do presente edital, a apresentar os lances verbais, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço, seguida dos demais, em ordem decrescente de valor.

10.8 O Pregoeiro poderá estabelecer limite de tempo para a fase de formulação de lances verbais, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

10.9 Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado.

10.10 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.

10.11 A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

10.12 A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades cabíveis.

10.13 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes classificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, ou seja, a etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

10.14 Caso não se realize lance verbal será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre as propostas escritas de menor preço unitário e os valores unitários por lote orçados pela Administração.

10.15 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade das classificadas quanto ao objeto e valor, onde será declarada vencedora a proposta mais vantajosa para o Município, observando que a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual estabelecido no âmbito local será vencedora, mesmo que sua melhor proposta ou lance esteja até 10% acima da melhor proposta ou lance de sua concorrente não estabelecida no âmbito local.

10.16 Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope “B” contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado para confirmação das suas condições de habilitação.

10.17 Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o Pregoeiro declarará o licitante vencedor.

10.18 Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta ou o atendimento das exigências de habilitação, até que um licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sem prejuízo das sanções legais e editalícias ao faltoso.

10.19 O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante vencedor para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e formalizada em ata.

10.20 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e equipe de apoio, bem como pelos licitantes presentes.

10.21 A deliberação do pregoeiro ficará sujeita à homologação pela autoridade que autorizou a abertura do presente certame, que poderá revogar total ou parcialmente a presente licitação, por interesse público e anulá-la por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo aos licitantes direito de indenização.



11 DA HABILITAÇÃO

11.1 Os licitantes pessoas jurídicas deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação para participar do presente certame:

11.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.1.2 Contrato social em vigor e caso o contrato não esteja consolidado, as alterações realizadas deverão estar anexadas ao contrato, estatuto (quando for o caso), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.5 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), **Com cópia do QSA/Capital Social.**

11.1.6 Prova de regularidade com a Fazenda Federal efetuada através da certidão conjunta negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, expedida pela Secretaria da Receita Federal.

11.1.7 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual efetuada através da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito estaduais, no caso de empresa isenta, deverá ser apresentada certidão para não contribuinte do ICMS.

11.1.8 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal efetuada através da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos Municipais.

11.1.9 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme estabelecido na Lei nº 12.440/2011 de 7 de julho de 2011. Endereço Eletrônico: <http://www.tst.gov.br/certidao>.

11.1.10 Prova de Regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

11.1.11 Certidões negativas de falências e concordatas expedidas pelos distribuidores da sede da Licitante.

11.1.12 Declaração do licitante que cumpre com o disposto no artigo 7.º inciso XXXIII, da Constituição Federal. (MODELO ANEXO III)

11.1.13 Declaração do licitante assegurando a inexistência de penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem. (MODELO ANEXO IV)

11.2 Os licitantes pessoas físicas deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação para participar do presente certame:

11.2.1- Prova de Inscrição no Cadastro Individual de Contribuinte (RG e CPF) do Ministério da Fazenda;

11.2.2- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidões Negativas de Débito;

Link Certidão Federal:

<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=2>

Link Certidão Estadual:

<https://tributario.sef.sc.gov.br/tax.NET/Sat.CtaCte.Web/SolicitacaoCnd.aspx>

11.2.3- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social através de Declaração de Regularidade de Situação de Contribuinte Individual emitida pelo INSS, no link:

<http://cnis3.inss.gov.br/DRSCI/faces/pages/drsci/emitirDRSCI.xhtml>



11.2.4- Declaração do licitante que cumpre com o disposto no artigo 7.º inciso XXXIII, da Constituição Federal. (MODELO ANEXO III)

11.2.5- Declaração do licitante assegurando a inexistência de penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem. (MODELO ANEXO IV)

11.3- A qualificação técnica dos profissionais se dará da seguinte forma:

11.3.1 Para o profissional de dança de Balé:

- Cópia autenticada de certificado de curso de Balé em nome do profissional.
- Declaração emitida por ente público ou privado que ateste que o profissional já prestou serviços semelhante ao licitado.

11.3.2 Para o profissional de JiuJitsu:

- Cópia autenticada do registro na Confederação Brasileira de JiuJitsu (CBJJ).
- Declaração emitida por ente público ou privado que ateste que o profissional já prestou serviços semelhante ao licitado.

11.3.3 Para o profissional de dança livre, tradicionalista e salão:

- Cópia autenticada de certificado que comprove formação superior em dança em nome do profissional.
- Declaração emitida por ente público ou privado que ateste que o profissional já prestou serviços semelhante ao licitado.

11.3.4 Para o profissional de Patinação:

- Cópia autenticada de certificado de curso de Patinação, em nome do profissional.
- Declaração emitida por ente público ou privado que ateste que o profissional já prestou serviços semelhante ao licitado.

11.4 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 60 (sessenta) dias contados de sua expedição.

11.5 As autenticações deverão ser realizadas em cartório ou por servidor público nomeado pelo Município de Modelo, somente mediante a apresentação do documento ORIGINAL, a autenticação por Funcionário Público desta Administração somente será realizada até às 17h:00min do último dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes.

11.6 Os documentos que forem apresentados fora dos envelopes conforme exigido no item 8, credenciamento, não precisarão ser repetidos no envelope “B”.

11.7 O proponente poderá participar do presente certame sem credenciar representante para dar lances, podendo enviar os envelopes “A” e “B” por correio ou outra forma de entrega dos mesmos no local e até o limite de horário estabelecido no preâmbulo deste edital, neste caso, poderá o licitante interessado anexar um terceiro envelope “C” com os documentos do credenciamento, que servirão para cadastrar a empresa no pregão, todavia, se assim não o fizer, e enviar apenas os envelopes de preço “A”, e de habilitação “B”, será aberto primeiro o envelope “B” para fins de cadastrar a empresa no sistema do pregão.

12 DOS RECURSOS

12.1 Ao final da sessão e declarado o licitante vencedor pelo Pregoeiro, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de procuração com poderes específicos para tal. Os licitantes poderão interpor recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 A não apresentação de razões escritas acarretará como consequência a anulação do recurso.



12.3 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e no encaminhamento do processo a autoridade competente para sua Homologação.

12.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 Os recursos e contrarrazões serão dirigidos ao Pregoeiro do município de Modelo, reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, que começará a contar ao final do prazo dado as contrarrazões, encaminhará o Pregoeiro o recurso e as contrarrazões a autoridade superior, que tomará a decisão final de forma fundamentada.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Não havendo intenção de recursos, a adjudicação será feita por **menor preço por lote**, conforme especificado neste Edital, a critério do Pregoeiro, e este encaminhará os autos a autoridade competente para homologação.

14 DO CONTRATO

14.1 Após a homologação do resultado do processo licitatório será a adjudicatária convocada para assinatura do contrato cuja minuta constitui o ANEXO V deste edital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação, que poderá ocorrer através de uma das seguintes opções:

14.1.1 E-mail com confirmação de recebimento, ou;

14.1.2 Correios com aviso de recebimento, ou;

14.1.3 Publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM;

14.2 A Administração poderá enviar o contrato pelo e-mail, com confirmação de recebimento, para que o adjudicatário imprima três vias, assine e envie para o endereço da prefeitura de Modelo/SC, no mesmo prazo e endereço informado no item 14.1.

14.3 Na hipótese de não atendimento dos dispositivos anteriores poderá a Administração Contratante proceder à convocação dos demais licitantes, observada a ordem de classificação, como faculta o § 2º do art. 64, da Lei n.º 8666/1993, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 81 da Lei n.º 8666/93.

14.4 Se por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o INSS e ao FGTS, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante poderá verificar a situação por meio eletrônico hábil de informações ou solicitar que o adjudicatário forneça as referidas certidões no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de não realizar-se a contratação, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios.

14.5 Caso a adjudicatária convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o item 14.1, do presente edital, ou se recusar a assinar o contrato, será convocado outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, observado o disposto no art. 4º, inciso XVI, da Lei n. 10.520/2002.

14.6 O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

14.7 O contrato terá a validade até o dia 31 de dezembro de 2018, e terá início a partir da data de assinatura.

14.8 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.

15 FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 O pagamento será feito mensalmente, até o décimo primeiro dia útil do mês subsequente à prestação do serviço.



15.2 Deverá ser anexado à Nota Fiscal/Fatura, pela Contratada, e se solicitado, relatório de atendimentos prestados para o pagamento dos serviços.

15.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

15.4 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário na proposta (MODELO ANEXO II).

16 DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE FORNECIMENTO DO OBJETO

16.1 O prazo de execução do objeto desta licitação iniciará em **3 dias** a partir da assinatura do contrato e terminará no dia 31 de dezembro de 2018.

16.2 O descumprimento das condições do 2.1 desta licitação (dia da semana, horário, atendimentos mínimos) acarretará em descontos proporcionais, sem prejuízo das sanções legais e editalícias.

16.2.1 Se por ventura o mês de início e fim de contrato não contemplar todos os atendimentos mencionados nos itens 2.1, o pagamento será proporcional ao que se efetivou naquele mês.

16.3 A execução do objeto desta licitação deverá ser prestado onde o chefe do departamento da cultura indicar, ocorrendo por conta da Contratada às despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem no fornecimento.

16.4 Deixando o adjudicatário de fornecer o objeto licitado poderá o Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

14.5 Caso se faça necessária a substituição do profissional prestador do serviço, objeto deste processo licitatório, por motivo de tratamento de sua própria saúde, viagem, cursos, ou qualquer outro motivo, a Contratada deverá enviar outro profissional habilitado, que atenda a todas as exigências deste processo licitatório para a substituição.

17 DAS PENALIDADES

17.1 Os licitantes, adjudicatários ou contratados inadimplentes estarão sujeitos às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no art. 7º, da Lei n.º 10.520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18 DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1- Não será exigida a prestação de garantia para aquisição resultante desta licitação, conforme estabelece o Inciso I, do artigo 5º da Lei n. 10.520/2002.

19 DA FRAUDE À LICITAÇÃO

19.1 A constatação pelo pregoeiro, no curso da presente licitação, de condutas ou procedimentos que impliquem em atos contrários ao alcance dos fins nela objetivados, ensejará a formulação de imediata representação ao MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL para que sejam adotadas as providências direcionadas à apuração dos fatos e instauração do competente procedimento criminal, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para os fins estabelecidos no art. 88, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

20 DOS PODERES DO PREGOEIRO

20.1 O pregoeiro, no decorrer do certame poderá:



- 20.1.1 Advertir os licitantes;
- 20.1.2 Definir parâmetros ou porcentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos;
- 20.1.3 Estabelecer tempo para o oferecimento dos lances verbais;
- 20.1.4 Permitir comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão, através de telefone celular ou outros meios;
- 20.1.5 Suspender a etapa de lances e/ou determinar a suspensão da sessão, designando nova data para continuação, a seu critério;
- 20.1.6 O pregoeiro tem poder de polícia durante a sessão.

21 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta.
- 21.2 A presente licitação poderá ser revogada em qualquer fase, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 21.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65 § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.
- 21.4 Na contagem dos prazos estabelecidos do presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 21.5 Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.
- 21.6 As normas que regem o presente certame serão interpretadas sempre em favor da ampliação da disputa, respeitando-se a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não afrontem o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.7 No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensas antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.
- 21.8 A administração manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a entrega total do material pelo (s) adjudicatário (s), devendo os licitantes retirá-los até 05 (cinco) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos neles contidos.
- 21.9 O Contrato que decorrente desta licitação poderá ser rescindido a qualquer tempo por mútuo acordo ou conveniência administrativa, devendo a parte interessada notificar com 15 (quinze) dias de antecedência a outra, não cabendo nenhum valor a título de reclamação, indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.
- 21.10 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio, à luz da legislação vigente.
- 21.10 O foro da cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

22 DOS ANEXOS DO EDITAL

- 22.1 Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:
 - 22.1.1 **Anexo I** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
 - 22.1.2 **Anexo II** – MODELO DE INFORMAÇÃO DOS DADOS BANCÁRIOS;



22.1.3 **Anexo III** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII DA CF/88;

22.1.4 **Anexo IV** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADES DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO, IMPEDIMENTO DE CONTRATAR OU DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR POR QUALQUER ENTE OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, DISTRITAL E MUNICIPAL CUJOS EFEITOS AINDA VIGOREM;

22.1.5 **Anexo V** – MINUTA DO CONTRATO;

Modelo/SC, 18 de maio de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal



ANEXO I

Processo Licitatório nº **1055/2018** Modalidade Pregão Presencial nº **045/2018**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

A signatária da presente _____ (razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o número _____/_____-__ (número do CNPJ/MF), com sede _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, **DECLARA**, para todos os fins de lei e direitos que se encontra em plenas condições de dar cumprimento aos requisitos de habilitação do Processo Licitatório **1055/2018**, da modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. **045/2018**, nos termos do art. 4. VII, da Lei 10.520 de 17/07/2002.

DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as informações são fieis e verdadeiras, não havendo omissões ou dados que possam induzir a equívocos de julgamento e **ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE** pelo conteúdo desta declaração.

A presente é emitida nesta data sem quaisquer ressalvas e/ou emendas a qualquer título.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(nome e número da identidade)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro ou equipe de apoio após a abertura da sessão, no credenciamento e antes da sessão de lances, separadamente dos envelopes (Proposta de Preço e Habilitação) exigidos nesta licitação.



ANEXO II

Processo nº. **1055/2018** Modalidade Pregão Presencial nº. **045/2018**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO DOS DADOS BANCÁRIOS

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

Descrição do Objeto: **PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OU PESSOAS FÍSICAS COM HABILITAÇÃO E FORMAÇÃO EM DANÇA DE BALÉ, JIU JITSU, DANÇA LIVRE, DANÇA TRADICIONALISTA, DANÇA DE SALÃO E PATINAÇÃO, PARA O MUNICÍPIO DE MODELO/SC**

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Nome: _____

e-mail: _____

Celular: _____

Declaramos que são da nossa inteira responsabilidade, os dados, preços e condições acima descritos.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(nome e número da identidade)



ANEXO III

Processo nº. **1055/2018** Modalidade Pregão Presencial nº. **045/2018**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

A signatária da presente _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº. _____ / _____ - _____ (número do CNPJ/MF), por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____ (nome completo), portador da Carteira de Identidade nº. _____ (número do RG), e do CPF nº. _____ - _____ (número do CPF), **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Emprega menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz. () sim () não.

DECLARO sob as penas do art. 299 do Código Penal, que as informações são fieis e verdadeiras, não havendo omissões ou dados que possam induzir a equívocos de julgamento e **ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE** pelo conteúdo desta declaração.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(nome e número da identidade)



ANEXO IV

Processo nº. **1055/2018** Modalidade Pregão Presencial nº. **045/2018**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE
(Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data
Ao Pregoeiro,
Referente ao Pregão Presencial nº. 045/2018.

A signatária _____ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____/____-____, sediada na _____ (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal o(a) Sr.(a), _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____-____ portador(a) da cédula de identidade nº _____ expedida por _____ **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura do representante legal)

**ANEXO Nº V**Processo nº. **1055/2018** Modalidade Pregão Presencial nº. **045/2018****MINUTA DE CONTRATO Nº ____/____**

O **MUNICÍPIO DE MODELO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº. _____, com sede _____, nº ____, Centro, Modelo – Santa Catarina, CEP **98.872-000**, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. _____, residente e domiciliado no Município de Modelo - SC, portador do CPF nº _____, e cédula de identidade nº _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado;

A empresa _____, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede à _____, Município de _____, neste ato representada pelo seu sócio gerente, senhor _____, _____, residente e domiciliado à _____, Município de _____, portador da CI, sob. nº. _____, e do CPF, sob nº. _____, doravante denominada simplesmente **CONTRADA**;

Tem de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nºs. 10.520/2002, 8.666/93 e 8.883/94, entre si, certos e ajustados resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1- O presente contrato tem por objetivo **PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OU PESSOAS FÍSICAS COM HABILITAÇÃO E FORMAÇÃO EM DANÇA DE BALÉ, JIU JITSU, DANÇA LIVRE, DANÇA TRADICIONALISTA, DANÇA DE SALÃO E PATINAÇÃO, PARA O MUNICÍPIO DE MODELO/SC**, conforme especificação a seguir:

Lote	Item	Descrição	Marca	Un.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
1	1						

CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

1- A **CONTRATANTE** pagará a contratada o valor total de R\$ _____ (_____) dos serviços adquiridos nas condições estabelecidas neste contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

1- O pagamento será feito mensalmente, **ATÉ O DÉCIMO PRIMEIRO DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, solicitada na ordem de fornecimento, sendo observada a liberação dos recursos.

2- Deverá ser anexado a Nota Fiscal/Fatura, pela Contratada, e caso solicitado, relatório de atendimentos prestados para o pagamento dos serviços.

3- Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.



4- Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário na proposta.

CLAUSULA QUARTA DO PRAZO E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO

1 O prazo de execução do objeto desta licitação iniciará em 3 dias a partir da assinatura do contrato e terminará no dia 31 de dezembro de 2018.

2 O descumprimento das condições do 2.1 desta licitação (dia da semana, horário, atendimentos mínimos) acarretará em descontos proporcionais, sem prejuízo das sanções legais e editalícias.

2.1 Se por ventura o mês de início e fim de contrato não contemplar todos os atendimentos mencionados nos itens 2.1, o pagamento será proporcional ao que se efetivou naquele mês.

3 A execução do objeto desta licitação deverá ser prestado onde o chefe do departamento da cultura indicar, ocorrendo por conta da Contratada às despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem no fornecimento.

4 Deixando o adjudicatário de fornecer o objeto licitado poderá o Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

5 Caso se faça necessária a substituição do profissional prestador do serviço, objeto deste processo licitatório, por motivo de tratamento de sua própria saúde, viagem, cursos, ou qualquer outro motivo, a Contratada deverá enviar outro profissional habilitado, que atenda a todas as exigências deste processo licitatório para a substituição.

CLAUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** obrigar-se-á:

1- Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento ficará condicionado ao fornecimento do objeto de conformidade com o processo licitatório citado.

2- Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações no objeto fornecido.

3- Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga – se - á:

1- Fornecer objeto licitado no prazo estabelecido, obedecendo rigorosamente os critérios estabelecidos neste contrato de conformidade com o processo licitatório citado.

2- Permitir que os prepostos do Município inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo e hora o andamento e as especificações do objeto a ser fornecido.

3- Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

4- É da **CONTRATADA** a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços, em qualquer esfera.

5- Assumir as despesas decorrentes de transporte ferramentas e equipamentos, necessários ao fornecimento do objeto licitado ate o município.

**CLAUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES**

1- Em caso de inexecução contratual prevista no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, por culpa da contratada, fica estabelecida a multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado, atualizado pelos índices oficiais.

CLAUSULA OITAVA DA RESCISÃO

1- O presente Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, devendo a parte que deseja ensejar a rescisão, comunicar a outra 15 (quinze) dias anteriores, não lhe sendo devido nenhum outro valor a título de indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento.

CLAUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1- Será utilizada para o objeto do presente contrato a dotação orçamentária do Município de Modelo prevista no orçamento do ano corrente a este contrato.

Órgão	Despesa	Valor	Descrição	Cod. Cat. Econ.	Cat. Econ.
DEPARTAMENTO DE CULTURA	1240	21.500,00	APOIAR, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA	339036990000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

CLAUSULA DECIMA - DO FORO

1- Para dirimir as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1- Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

2- Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato serão formalizadas por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.

3- Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente a empresa através de depósito bancário.

4- Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94, Lei 10.520/02 de conformidade com o processo licitatório citado.

5- Para desempenhar as atribuições de “Fiscal de Contrato”, fica designado através da PORTARIA Nº _____ de _____, o Servidor Municipal _____ para acompanhar e fiscalizar, durante a sua vigência, o contrato firmado.

6- O prazo de vigência deste contrato é até o dia 31 de dezembro de 2018.



E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato de fornecimento, juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Modelo/SC, aos _____ de _____ de _____.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

VISTO:

GILNEI ROBERTO VOGEL

Assessor Jurídico

OAB 11283